ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO – DATRI

PARECER DATRI / SEFAZ N° 015/2001

ASSUNTO: Consulta

Tendo em vista a cobrança pelo Posto Fiscal de Marcolândia, em 21/12/2000, de ICMS ANTECIPADO TOTAL sobre notas fiscais de aquisição de caminhões pela empresa (...), inscrita no CAGEP no ramo de Comércio Varejista de Veículos Automotores e detentora de Regime Especial para diferimento do pagamento antecipado do ICMS, através do Ato Autorizativo GASEC n.º xxxx/00, com validade até 31/01/2001, o interessado solicita a emissão de **parecer técnico** desta DATRI, sobre o **momento e o local** onde deve ser feita a cobrança do ICMS ANTECIPADO TOTAL na situação relatada.

O artigo 25, inciso I, do RICMS, aprovado pelo Decreto n.º 7560/89, determina que:

“Art. 25 – Será exigido o imposto antecipadamente na primeira unidade fazendária do Estado do Piauí, por onde circularem:

I – os produtos indicados no inciso III do artigo 21 e nos arts. 22 e 24, quando procedentes de qualquer Estado, sem indicação, no respectivo documento fiscal, da base de cálculo e do valor do imposto retido na origem;”

O imposto antecipado na forma do art. 25, do RICMS, poderá ser diferido, conforme dispõe o art. 1º, inciso I, da Portaria GASEC n.º 566/95, **in verbis:**

“Art. 1º - O pagamento do ICMS relativo às hipóteses a seguir discriminadas poderá ser diferido, mediante credenciamento do contribuinte inscrito no CAGEP, através de Regime Especial autorizado pelo Secretário da Fazenda:

I – operações com os produtos relacionados no inciso III do art. 21 do RICMS, ou seja, aqueles sujeitos à antecipação do pagamento do imposto na primeira Unidade Fazendária do Estado do Piauí, por onde circularem; e”

No anexo I do Decreto n.º 9.232/94, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com veículos automotores novos, não consta CAMINHÃO, portanto este veículo está sujeito à ANTECIPAÇÃO TOTAL DO ICMS, por força do art. 21, inciso III, alínea “c”, item 13, do RICMS e não ao regime de retenção na fonte pelo remetente.

Considerando que, no caso em tela, a empresa é beneficiária de Regime Especial de Diferimento do Pagamento do ICMS, na forma da Portaria xxx/95, o imposto antecipado incidente sobre suas aquisições de caminhões deve ser recolhido até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da entrada do produto e não no Posto Fiscal de Fronteira do Estado, conforme o artigo 87, inciso XI, alínea “f” do RICMS, tendo em vista a inexistência de convênio ou protocolo determinando a retenção do imposto na fonte, pelo remetente.

É o parecer. À apreciação superior.

**ASSESSORIA DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E
TRIBUTAÇÃO - DATRI**, em Teresina, 26 de janeiro de 2001.

VITALINO RANULFO BEZERRA
Assessor/DATRI

De acordo com o parecer.
Encaminhe-se ao Gabinete do Secretário da Fazenda, para despacho final.

SÉRGIO CARLOS RIO LIMA
Diretor/DATRI

Aprovo o parecer.
Cientifique-se ao interessado.
Em: ____/____/____.

PAULO DE TARSO DE MORAES SOUZA
Secretário da Fazenda

Recebi o original.
Em: ____/____/____

Titular / Responsável Legal.